
“UM DEFEITO DE COR” E A NECESSIDADE DE DEBATER A ESCRAVIDÃO DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

“A COLOR DEFECT” AND THE NEED TO DEBATE BLACK WOMAN'S SLAVERY IN BASIC EDUCATION

"UN DEFECTO DE COLOR" Y LA NECESIDAD DE DEBATE SOBRE LA ESCLAVITUD DE LA MUJER NEGRA EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

Telma Rocha¹

Cleyton Williams Golveia da Silva Brandão²

Isla Silva de Jesus³

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a escravização da mulher negra no Brasil e a metamorfose desta enquanto sujeito sociocultural e político. O texto dedicar-se-á revelar as sequelas dos prolixos e padecidos anos de exploração e misoginia que afetaram e ainda afetam as mulheres negras, evidenciando a importância da presença desse debate na educação básica brasileira, conforme prevê a Lei nº 10.639/03 que diz “[...] nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira.” (BRASIL, 2003). O estudo será feito a partir da ótica de Gonçalves (2011), presente no livro “Um Defeito de Cor”, que narra a história de Kehinde, uma mulher negra e africana que foi sequestrada na África, ainda criança, por traficantes de escravos e trazida para o Brasil. Discussões que permeiam as violências simbólicas, preconceito, machismo e racismo farão parte dessa produção, bem como as vivências da mulher escravizada em solo brasileiro no século XIX, espaço e tempo da obra em questão. A criticidade sobre as concepções da falsa superioridade de raças impostas no século XVI e ratificadas pela sociedade contemporânea resulta na reflexão do espaço da mulher negra, de sua luta cotidiana e do seu poder de ruptura de

Submetido em: 12/12/2019 – **Aceito em:** 19/12/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

¹ Professora de Didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

² Graduando da Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsita do Programa Institucional de Bolsas Para Iniciação Científica (PIBIC - UFBA).

³ Graduanda da Licenciatura em Letras pelo Centro Universitário Jorge Amado.



fundamentos do patriarcado brasileiro. A partir dessa análise, tem-se por carência tecer os (desa)fios que o racismo impõe. Destaca-se a importância de revisitar questões, como a descolonização, na educação básica brasileira.

Palavras-chave: Um Defeito de Cor; Mulheres Negras; Escravização; Educação Básica.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the enslavement of black women in Brazil and its metamorphosis as a sociocultural and political subject. The text will be dedicated to revealing the consequences of the long-suffering and long years of exploitation and misogyny that have affected and still affect black women, highlighting the importance of the presence of this debate in Brazilian basic education, as provided by Law No. 10,639 / 03 which states “[...] In public and private elementary and high schools, it is mandatory to study Afro-Brazilian history and culture” (BRAZIL, 2003). The study will be based on the perspective of Gonçalves (2011), present in the book “A Color Defect”, which tells the story of Kehinde, a black and African woman who was kidnapped in Africa as a child by slave traders and brought to Brazil. Discussions that permeate symbolic violence, prejudice, machismo and racism will be part of this production, as well as the experiences of women enslaved in Brazilian soil in the nineteenth century, space and time of the work in question. Criticality about the conceptions of false superiority of races imposed in the 16th century and ratified by contemporary society results in the reflection of the space of black women, their daily struggle and their power to break the foundations of the Brazilian patriarchy. From this analysis, there is a need to weave the (challenges) that racism imposes. The importance of revisiting issues such as decolonization in Brazilian basic education is highlighted.

Keywords: A Color Defect; Black women; Enslavement; Basic education.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la esclavitud de las mujeres negras en Brasil y su metamorfosis como sujeto sociocultural y político. El texto estará dedicado a revelar las consecuencias del sufrimiento y los largos años de explotación y misoginia que han afectado y siguen afectando a las mujeres negras, destacando la importancia de la presencia de este debate en la educación básica brasileña, como lo establece la Ley N ° 10.636 / 08 que establece “[...] En las escuelas primarias y secundarias públicas y privadas, es obligatorio estudiar la historia y cultura afrobrasileña” (BRASIL, 2003). El estudio se basará en la perspectiva de Gonçalves (2011), presente en el libro “Un defecto de color”, que cuenta la historia de Kehinde, una mujer negra y africana que fue secuestrada en África cuando era niña por traficantes de esclavos y traído a Brasil. Las discusiones que impregnan la violencia simbólica, los prejuicios, el machismo y el racismo serán parte de esta producción, así como las experiencias de mujeres esclavizadas en suelo brasileño en el siglo XIX, espacio y tiempo del trabajo en cuestión. La crítica sobre las concepciones de falsa superioridad de las razas impuestas en el siglo XVI y ratificadas por la sociedad contemporánea da como resultado el reflejo del espacio de las mujeres negras, su lucha diaria y su poder para romper los cimientos del patriarcado brasileño. A partir de este análisis, es necesario tejer los (desafíos) que impone el racismo. Se destaca la importancia de revisar temas como la descolonización en la educación básica brasileña.

Palabras clave: un defecto de color; Mujeres negras; Esclavitud; Educación básica



INTRODUÇÃO

Todos os dias chegava mais gente capturada em muitos lugares da África, falando línguas diferentes e dando várias versões sobre o nosso destino.

In: Um Defeito de Cor, Ana Maria Gonçalves.

A formação e constituição da sociedade e, segundo Ribeiro (1995), do “povo brasileiro” se deu de variadas maneiras. Nossa base ancestral possui heranças indígenas, europeias – mais fortemente de Portugal – e africana. Tais herdades estão presentes tanto em nosso fenótipo físico quanto influenciaram nossas crenças, valores e organização social, sendo uma determinante para a construção, constituição e (re) ordenamento da sociedade brasileira.

Consoante Ribeiro (2015), “a sociedade e culturas brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos” (p.17). Ainda segundo o autor, a confluência brasileira surge do “[...] entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e por negros africanos, uns e outros aliciados como escravos” (RIBEIRO, 2015, p.17).

O aliciamento de negros para serem escravizados no Brasil colônia é uma realidade da história do país que ainda revela os desdobramentos na vida cotidiana desses sujeitos. Além disso, por vezes, inferioriza e invisibiliza a importante contribuição dos povos africanos no que concerne os pilares fundamentais para a construção e desenvolvimento da sociedade brasileira.

Quando se considera as questões que permeiam a mulheres negras escravizadas, percebe-se que, para elas, o decurso da escravização foi muito mais infesto, visto que, além de ter sua mão de obra explorada, ainda eram condicionadas a suportar as violações simbólicas, físicas e psicológicas de seus corpos, mentes e trajetórias de vida deixadas em África e, para as que nasceram em solo brasileiro, a frustração de nunca terem tido poder sobre seus próprios anseios. Nesse sentido, Souza (1983, p. 19) destaca que “a sociedade escravista, ao transformar o



africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre a cor negra e posição social inferior.”

Nessa perspectiva, este estudo vai se revelando com o objetivo de analisar e discutir a escravização de mulheres negras no Brasil sob a ótica do livro “Um Defeito de Cor” (2011), de Ana Maria Gonçalves. A obra em questão, narra a história de Kehinde, uma mulher negra e africana que foi sequestrada em África, ainda criança, por traficantes de escravos e trazida para o Brasil.

A trajetória, os obstáculos e os enfrentamentos são ponto central da narrativa, que tem ramificações importantes para o entendimento das discussões entre gênero e raça. O livro não se fixa apenas na cor da pele ou na origem étnica, mas na criação de um discurso das afrodescendentes no país e as marcas deixadas por essa experiência. Mostra um passado sobre o ponto de vista não eurocêntrico. A obra conta com recursos descritivos, de modo a ilustrar o drama da personagem principal. A exemplo disso, destaca-se trechos como a viagem no navio negreiro e o período no engenho, e os castigos e injustiças às quais as mulheres negras eram submetidas.

Ao longo do texto abordaremos problemáticas relativas ao espaço da mulher negra em nossa presente sociedade, de sua luta cotidiana e do seu poder de ruptura de fundamentos do patriarcado brasileiro, evidenciando os enfrentamentos no que concerne às violências simbólicas, machismo, racismo e misoginia dirimidos ao longo de seu cotidiano existencial.

Nessa direção, faremos uma análise acerca da importância da educação básica para o enfrentamento da problemática evidenciada, posto que esta deve ser transformadora, a fim de formar cidadãos críticos sobre o seu papel social na contemporaneidade, além de ser dedicada ao enfrentamento de preconceitos e discursos discriminatório enfrentados rotineiramente pelas mulheres negras.

Do mesmo modo, vale apresentar a discussão sobre a Lei nº 10.639/03 que diz “[...] nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se



obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira.” (BRASIL, 2003). Este fato demonstra a importância de se discutir dentro das instituições escolares e de formação intelectual a diversidade brasileira, visando estabelecer uma formação identitária para os estudantes e, assim, promover um reconhecimento histórico pelo viés negro, enfocando questões de lutas e resistências, e não somente uma visão escravocrata, uma vez que o estudante negro necessita de representatividade para construir sua identidade.

Por fim, como evidência dos estudos e mergulho no aporte teórico relativo à temática abordada, pretende-se tecer considerações a questões relacionadas à violência e marginalização do negro no Brasil, identificando a negação de direitos e anunciando a subserviência dos sujeitos ao patriarcado, a desigualdade e ao racismo.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Os caminhos teóricos se efetivam ao perceber as problemáticas deste estudo foram orientados a partir do estabelecimento de uma pergunta e objetivos da pesquisa. Em relação a esta pergunta de pesquisa, foi feita a seguinte indagação: “de que modo o livro ‘Um Defeito de Cor’ evidencia, questões de gênero e raça relativas ao espaço da mulher negra em nossa presente sociedade e de sua luta cotidiana contra o racismo e o patriarcado no Brasil?”. Como Objetivo Geral visa-se “analisar de que modo o livro ‘Um Defeito de Cor’ pode colaborar com discussões sobre gênero e raça, relativas ao espaço da mulher negra em nossa presente sociedade na educação básica”. Como pontos específicos: 1. Discutir a Lei nº 10.639/03 e a inserção de estudos com foco nos processos civilizatórios e cultura afro-brasileira; 2. Evidenciar as violências simbólicas, machismo, racismo e misoginia dirimidos ao longo de seu cotidiano existencial sofridas pelas mulheres negras; 3. Refletir sobre a escravização de mulheres negras no Brasil sob a ótica do livro “Um Defeito de Cor” e a presença do racismo e misoginia na educação básica no Brasil.



Neste sentido, o aporte metodológico se faz através da análise literária da obra “Um Defeito de Cor” (2011), de Ana Maria Gonçalves. O corrente texto foi desenvolvido em duas etapas: na primeira delas será feito um levantamento bibliográfico referente a escravização da mulher negra no Brasil e suas sequelas em tempos hodiernos; e a segunda teve como objetivo traçar um paralelo com o destacado na etapa um e a narração de Gonçalves da história de Kehinde. Além disso, fundamenta-se também a importância da educação básica para o enfrentamento dos séculos de escravização da mulher negra, posto que o processo educacional precisa ser consciente e transformador, e que consider a valorização da história e cultura afro-brasileira.

Assim, define-se a abordagem metodológica como qualitativa, pois se justifica por possuir “[...]o ambiente natural com sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11).

“UM DEFEITO DE COR”: BREVE RESUMO DA OBRA

A expressão escolhida por Ana Maria Gonçalves para titular seu romance se justifica na própria história brasileira evidenciada no escrito. “Um defeito de cor” guarda referências ao decreto colonial que impedia aos não brancos de assumirem certas prerrogativas na sociedade brasileira tais como: empregos públicos e outras profissões. No entanto, a história do negro no Brasil ocupa o centro desta narrativa e o relato está na voz de Kehinde, desde a sua infância em Savalu – Daomé (atual Benin) –, passando por seu sequestro para o Brasil, onde foi escravizada na Bahia e no Rio de Janeiro, até seu retorno à África e sua derradeira volta ao Brasil no fim da vida.

O livro não se fixa apenas na cor da pele ou na origem étnica, mas na criação de um discurso dos afrodescendentes no país e as marcas deixadas por essa experiência. Mostra um passado sobre o ponto de vista não eurocêntrico. Kehinde não é a heroína deste romance porque é negra



e escravizada; mas sim porque foi uma criança submetida a violências tanto na África como no Brasil.

Logo no início, após o trauma vivido em ver os guerreiros de o Rei Adandozan matarem seu irmão e violentarem sua mãe, Kehinde, junto de sua avó e de Taiwo, sua irmã gêmea, viajam e chegam a Uidá. Depois de um curto período feliz, as meninas foram capturadas e embarcadas em um navio negreiro. A avó, desesperada, decidiu segui-las. Mas quis o destino que sua irmã gêmea Taiwo e sua avó não conseguissem completar a viagem devido a insalubridade em que viviam os sujeitos nesses navios que cruzavam o Atlântico rumo ao Brasil.

Kehinde desembarcou sozinha na Bahia e foi levada à ilha de Itaparica para ser escrava de companhia de uma Sinhazinha. Ao chegar ao Brasil, a interação com a população daqui, já bem diversificada, permitiu o surgimento de uma cultura própria, de caráter afro-brasileiro e assim começa sua saga no país. Na fazenda, a protagonista passa boa parte de sua infância e adolescência, sendo sexualmente abusada pelo senhor e tendo seu primeiro filho, Banjokô. Começa a trabalhar como escrava de ganho e consegue comprar sua liberdade. Casa-se com Alberto, um comerciante português, e tem um filho chamado Omotunde Adeleke Danbiran.

Ligada às tradições de sua família, Kehinde dá nomes africanos a seus filhos. Os nomes são escolhidos em cerimônias às escondidas, nos porões da casa grande. As cerimônias de nome, feita por um babalaô, afirmam que uma pessoa não tem um nome, ela é o nome que carrega. Seu segundo filho veio de uma relação estável se chamava Omotunde Adeleke Danbiran. O primeiro nome Omotunde “a criança voltou” o segundo nome Adeleke que significa “a criança será mais poderosa que os inimigos” e o terceiro nome Danbiran é um nome que homenageia a avó de Kehinde. O pai deu o nome branco de Luiz, e aqui, Ana Maria Gonçalves lança a hipótese de que Kehinde e Luisa Mahin poderiam ter sido a mesma mulher - mãe de Luiz Gama, jornalista e poeta que foi um expoente no final do século XIX e lutou contra a escravização e a favor da liberdade. Luisa Mahin foi uma líder feminista que participou da Revolta dos Malês



na qual a autora se inspirou para reconstituir ficcionalmente a história de Kehinde e, através dela, das condições de vida dos escravos na Bahia do século XIX.

O livro chama a atenção para o fato da protagonista ter uma vida marcada por andanças: Savalu, Uidá, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, até a sua volta África. Mudanças que modificaram Kehinde ao longo do tempo.

Essa nova personalidade nos é revelada no romance quando ela retorna a Uidá assumindo seu nome de branca, e passa a ser chamada de Sinhá Luíza, tanto pelos retornados quanto pelos que nunca haviam saído de lá. A explicação plausível para essa mudança deve-se ao fato de que Kehinde ao voltar para suas origens tenha perdido sua identidade original. Kehinde que ao chegar ao Brasil mantinha suas origens com a terra mãe, depois, conscientemente assume a sua nova identidade.

Na África, em sua volta, um novo campo comercial se abre para ela que não se recusa a negociar armas, pólvora, óleo de dendê tanto para os reis africanos quanto para os brasileiros de Salvador. Não demonstrando escrúpulos ao vender armas que seriam usadas no comércio de escravos, em nome de sua própria fortuna e segurança. Kehine reflete sobre isso, não aprova, mas comércio é comércio. A saga de Kehinde não para. Outras histórias de amor, perdas e afetos se desenrolam até a última página.

Uma das grandes virtudes de “Um defeito de cor” é que não é um livro sobre a vitimização, é uma biografia ficcional que constrói um discurso que nos aponta as marcas das experiências históricas e cotidianas dos afrodescendentes do país. Um livro que nos conduz a conhecer parte de nossa história, costumes e mutações sociais através de uma personagem que não se deixa prender no estereótipo do herói, mas que imprime sua personalidade a cada direção, a cada oportunidade aceita.

AS “KEHINDES” DO SÉCULO XXI: INTERSECCIONALIDADE, DESIGUALDADES E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS NO COTIDIANO BRASILEIRO



O processo escravizatório de mulheres negras foi, sobretudo, um encadeamento de violências físicas, psicológicas e simbólicas. Hodiernamente, tal violência ainda persegue esses sujeitos em todos os ambientes da sociedade brasileira, como afirma Ribeiro (2018, p. 911), quando diz que “[...] machismo e racismo são elementos estruturantes desta sociedade, de modo que nenhum espaço estará isento dessas opressões.”

Nesse contexto, entendemos que qualquer mulher negra, seja ela de uma classe mais ou menos abastada, famosa ou não, poderá sofrer as represálias da persistência do racismo e machismo no Brasil. Segundo o Atlas da Violência 2019, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foram registrados 4.936 assassinatos de mulheres em 2017, uma média de 13 homicídios por dia. Dessas vítimas, 66% são negras, mortas por armas de fogo e, em boa parte dos casos, dentro de casa.

Destarte, a pesquisa demonstra o quão verdadeiro é a afirmação de Ribeiro (2018). Dentro de casa, nos ambientes de estudo e trabalho, na vida *online* e *off-line*, as mulheres negras não estão seguras. Um caso que teve notoriedade na mídia brasileira em 2018 foi o da jornalista, *digital influencer* e humorista de *stand up comedy* Maíra Azevedo, conhecida popularmente como "Tia Má". Ela denunciou que foi chamada de *monkey* (termo do inglês que significa "macaca", em português) por um usuário do Instagram em um comentário durante uma transmissão ao vivo (*live*) em sua rede social. No dia seguinte, a jornalista denunciou o ocorrido à promotoria de Justiça de Combate ao Racismo do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA). Passados quatro dias, Maíra Azevedo denunciou em suas redes social que voltou a sofrer xingamentos, intimidações e ameaças por parte do mesmo agressor através de mensagens de texto em seu dispositivo móvel. Tia Má divulgou os *prints* das mensagens em seu *facebook* e registrou um boletim de ocorrência na delegacia especializada de sua cidade.

Após a divulgação das mensagens de texto em seu *facebook*, Tia Má foi acusada por alguns usuários da rede internet de estar inventando as agressões para atrair a atenção da mídia para si. Isto ratifica o pensamento de Munanga *apud* Ribeiro (2018) quando afirma que “o racismo



é um crime perfeito no Brasil, porque quem o comete acha que a culpa está na própria vítima; além do mais, destrói a consciência dos cidadãos brasileiros sobre a questão racial”. (p. 852).

Assim, evidenciamos que a violência de gênero atinge todas as mulheres que compõem a sociedade brasileira; entretanto, “[...] atinge de forma mais grave aquelas que combinam mais de uma opressão” (RIBEIRO, 2018, p.1593). Devido a isso, ao falarmos sobre violência de gênero, seja ela no ambiente *off-line* ou *online*, faz-se necessário estabelecer uma análise interseccional, pois as violências, opressões e dificuldades histórico-sociais enfrentadas pelas mulheres negras e financeiramente pobres não foram/são as mesmas enfrentadas pelas mulheres brancas e/ou ricas. Sobre isto, Akotirene (2019) simplifica afirmando que,

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (p 60.)

A análise da violência contra mulheres negras considera o debate de raça, classe e gênero como intrínsecos, pois não é possível lutar contra uma opressão e alimentar outra, porque a mesma estruturação preconceituosa seria ratificada. A vista disso, Ribeiro (2018) afirma que não podemos pensar o feminismo como único e universal, visto que as necessidades e especificidades das mulheres negras e pobres não são as mesmas das mulheres brancas. Mulheres negras são historicamente subalternizadas devido a cor de sua pele, tendo que enfrentar o racismo combinado as desigualdades socioeconômicas e de gênero. Ainda segundo a autora, “[...] enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas” (IBIDEM, 2018, p. 635).

A interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da intersecção entre dois ou mais fundamentos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual



o racismo, o preconceito de gênero e a opressão de classe criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, suas raças e classes.

Nessa direção, o racismo é a ação de discriminar todo um grupo social, por causa de sua raça, etnia, cor ou religião. Ele está diretamente ligado a negação da dignidade da pessoa humana. Além disto, racismo não diz respeito somente a cor da pele, ele configura-se também como um sistema de opressão e relações de poder, e os brancos sempre obtiveram poder em detrimento dos negros. Negros não possuem poder institucional para ser racistas. A população negra sofre um histórico de opressão e violência que a exclui do convívio social, de uma educação e moradia de qualidade.

Tratando-se da questão de classe, segundo a pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 20 anos, do Ipea, o salário médio de mulheres negras de 1995 a 2015 era R\$ 1.027,50, enquanto o de homens brancos era R\$ 2.509,70 e o de mulheres brancas era R\$ 1.765; mesmo possuindo o mesmo grau de escolaridade aos indivíduos do sexo masculino.

Destarte, pensar a interseccionalidade é importante para entendermos o porquê da necessidade de estabelecermos feminismos, a fim de incluir todas as mulheres no processo de luta para aquisição de direitos igualitários. Não podemos falar sobre violência de gênero sem levar em consideração que mulheres negras carregam mais de uma opressão em seus corpos, e trazer à tona essas problemáticas é o primeiro passo para a dignidade desses indivíduos.

A LEI Nº 11.645/08 E O ESQUECIMENTO DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: MARCOS HISTÓRICOS, REPRESENTAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS

A lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirmando que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2003).



A lei vem trazer para o ambiente escolar a obrigatoriedade de abordar conhecimentos que antes eram silenciados, ignorados ou prevaricados. Dessa forma, ela é fundamental para que haja um reconhecimento da pluralidade da sociedade brasileira, que foi e é formada por diferentes histórias e culturas.

Pensar a escola como um local atravessado pela diversidade cultural, é pensar no trabalho em que o professor exercerá enquanto mediador dos processos de ensino-aprendizagem, relações étnico-raciais e conflitos de ideologias. De forma que ensinar para os estudantes que a nação brasileira é fundamentalmente pluriétnica e que nenhum grupo ou povo é superior ao outro, é importante pra construir a noção de heterogeneidade cultural e respeito as diferenças.

Compreender a diversidade do Brasil é essencial para construir um Projeto Político Pedagógico voltado a valorizar todas as origens basilaes do país. A valorização do negro e do indígena visa resgatar tudo o que foi esquecido ou apagado da nossa história, por serem considerados povos primitivos ou inferiores, e faz-se urgente que os professores estejam preparados para trabalhar com as relações étnico-raciais no que concerne o combate ao preconceito e racismo e construção de uma consciência coletiva como forma de prevenção a estas discriminações.

É importante salientar também que, mesmo após 16 anos de promulgação da lei, a discussão sobre sua real aplicabilidade ainda é necessária. Além disso, as mortes de jovens negros em decorrência do racismo é um crescente na sociedade, o que nos leva a pensar que a lei não tem alcançado seu objetivo básico que e combater as práticas racistas.

A promulgação dessa lei foi considerada uma vitória para o enfrentamento do racismo em solo brasileiro, posto que as bases educativas são o melhor caminho para cessar a discriminação racial em nosso país. Entretanto, a problemática se inicia quando percebemos que foi preciso criar uma lei para que as instituições de ensino público e privado, assim como os órgãos federais ligados ao sistema educacional entendessem a importância e necessidade do estudo da história africana, afro-brasileira e indígena como pilares do desenvolvimento da sociedade brasileira.



Historicamente, o processo de colonização brasileira iniciou-se no meado do século XVI e, desde então, a mulher é vista como um objeto de utilidade ao homem em todos os aspectos, inclusive os sexuais. Elas lhe deviam obediência, respeito e precisavam estar aptas para satisfazer a vontade dos homens na ocasião em que eles julgassem conveniente. Cuidar da casa, dos filhos e atender as necessidades de seus donos eram seus únicos papéis sociais desde a infância. Quando se tratava de mulheres negras, a inferioridade imposta pela classe masculina piorava. Porventura dos anos de escravização, a mulher “melanidade” sempre permaneceu em último lugar na escala social, sendo àquela que mais carregou desvantagens do injusto sistema racista do país.

Segundo Garcia *apud* Brandão e Cruz (2015), militante do movimento negro, está na hora de admitirmos que há histórias das mulheres negras sem o Brasil, mas não há Brasil sem as mulheres negras. Considerando o atual currículo escolar brasileiro, não é difícil perceber a falta de estudos a respeito da participação do povo negro – principalmente das mulheres – na narrativa constitutivas do país. Sobre esta afirmação, Gomes *apud* Brandão e Cruz (1995) anuncia que:

O aluno negro, ao ingressar na escola, além de encontrar a história de sua raça trabalhada de maneira folclorizada, ainda encontra reforços por parte do corpo docente no que diz respeito à negação de sua origem racial (...). (p. 819)

A diversidade cultural e étnica trazida pelo povo negro tornou-se base para o desenvolvimento do nosso país. Presentemente, somos uma mistura de crenças, raças, cor e costumes. É uma parte da nossa história que não pode ser esquecida e nem contada de uma maneira fragmentada. Já não cabe convencer os estudantes que a Lei Áurea foi assinada pela magnânima Princesa Isabel, como, por vezes, é registrado nos livros de história. Sabe-se que foram os interesses políticos, sociais e econômicos que acarretaram tal decisão. Esta e outras verdades carecem de ser descritas e contadas. Silva (1995) dialoga sobre este fato da seguinte maneira:



Isso tem um impacto sobre a construção da identidade dos educandos de ascendência africana, indígena e mestiça, que não encontram referências positivas a sua origem, a sua cultura e a sua história, omitida ou mostrada de maneira caricatural, estereotipada e folclorizada na escola. (SILVA, 1995, p. 135)

Em tempos de guerras em prol da independência do Brasil, muitas mulheres se destacaram pela sua garra, mas dentre elas, uma marcou fortemente a história. Maria Quitéria de Jesus, patriota, vestiu-se de soldado brasileiro para participar das batalhas pela liberdade da sua província, e liderou tropas e derrotando os portugueses em diversos confrontos. Joana Angélica de Jesus também participou indiretamente das guerras da independência. Ela era freira do Convento da Lapa, no município de Salvador, e morreu impedindo a entrada de soldados portugueses no monastério, que estava servindo de abrigo para soldados brasileiros feridos. Podemos concluir que, assim como os homens, as mulheres foram de suma importância nas lutas para alcançar a democracia brasileira e mundial durante a história.

Frente a isso, trazemos também, como exemplo, Zumbi dos Palmares que nasceu em 1655, no estado de Alagoas. Ícone da resistência negra no processo de escravização, liderou o Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos das fazendas no Brasil Colonial. Localizado na região da Serra da Barriga, atualmente integra o município alagoano de União dos Palmares. Ele é considerado um dos grandes líderes de nossa história. Símbolo da luta contra a escravidão, estava envolvido também na liberdade de culto religioso e incentivo a prática da cultura africana no país. O dia de sua morte, 20 de novembro, é lembrado e comemorado em todo o território nacional como o Dia da Consciência Negra.

Outro destaque que foi de suma importância na construção e manutenção do Quilombo dos Palmares foi Dandara de Palmares, esposa de Zumbi. Do mesmo modo que o marido, Dandara lutou com veemência em prol da libertação dos escravos e a conquista dos direitos negros, que deveria ser apenas direitos humanos. Logo, por que ela não é exaltada no dia da consciência negra? Parece uma chaga aberta e uma negação a participação efetiva das mulheres na



constituição da sociedade brasileira, tirando a importância de seus papéis na construção de aspectos igualitários e afirmativos no Brasil.

Prosseguindo a história da mulher negra no Brasil, discorreremos sobre os domínios políticos. O atual regime de república foi proclamado no Brasil em 15 de novembro de 1889 e desde então os governantes passaram a ser eleitos através do voto popular. Mas, o direito ao voto era um privilégio dos homens. Somente no dia 24 de fevereiro de 1932, o então presidente Getúlio Vargas assinou a lei que garantia o direito de voto às mulheres brasileiras. O decreto foi sancionado depois de muita luta e apelo político, mas veio dividido por partes. Ele foi permitido no decreto de 1932 que restringia - se às mulheres casadas, com autorização dos maridos, e às viúvas e solteiras com renda própria. As barreiras foram totalmente derrubadas somente em 1934. Mais à frente, em 1946, uma nova lei passou a prever a obrigatoriedade do voto também para as mulheres, que até então era um direito, mas não um dever.

Tratando-se de representação política da mulher negra, destaca-se a Jornalista e educadora Antonieta de Barros. Nascida em 11 de julho de 1901, Antonieta foi a primeira a integrar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Profissional atuante, teve que romper muitas barreiras para conquistar espaços que, em seu tempo, eram inusitados para as mulheres – e mais ainda para uma mulher negra. Deu início às atividades como jornalista na década de 1920, criando e dirigindo em Florianópolis, onde nasceu, o jornal A Semana, mantido até 1927. Na mesma década, dirigiu o periódico Vida Ilhoa, na mesma cidade. Como educadora, fundou o Curso Antonieta de Barros, que dirigiu até a sua morte, em 1952, além de ter lecionado em outros três colégios. Manteve intercâmbio com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e, na primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e receberem votos, filiou-se ao Partido Liberal Catarinense, que a elegeu deputada estadual. Tornou-se, desse modo, a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil, trabalhando em defesa dos direitos da mulher através de seu poder e representação social.

Vera Candau nos chama a atenção para a necessidade de ressignificar a perspectiva crítica no âmbito da educação e da didática. A autora, desde década de 1980, vem estudando as relações entre educação e cultura(s), nos diferentes espaços educativos, com finalidade contribuir para



que a escola possa repensar, de maneira crítica, a questão das diferenças culturais, na pluralidade de suas manifestações e dimensões. Segundo a autora, a escola deve:

promover uma educação para o reconhecimento do outro, o diálogo entre os diferentes grupos socioculturais. Uma educação para a negociação cultural, o que supõe exercitar o que Santos denomina hermenêutica diatópica. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. (CANDAU, 2008b, p. 54)

Ainda segundo Candau (2008, p.148) educar na perspectiva intercultural propõe rever a própria noção de identidade unificada e estável, questionando a essência que sustenta essa noção e favorecendo, desse modo, uma crítica às diversas formas que o preconceito pode assumir presença em sala de aula. Opta pelo risco de assumir no cotidiano escolar a tensão entre o ideal da igualdade e as demandas pelo reconhecimento da diferença, que impõe a prática do diálogo radical e permanente.

Para Candau,

A interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas pra enfrentá-los. (CANDAU, 2008, p. 148)

Face ao exposto, é indispensável notabilizar que o melhor caminho para prevenir e combater a violência contra mulheres negras está na criação e aplicação de políticas públicas e em práticas educativas conscientes, além do debate sobre a continuidade da dominação masculina e do patriarcado nos tempos hodiernos de maneira a “[...] complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço



público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia” (MIGUEL e BIROLI, 2014, p. 17).

Como política e educação não se dissociam, Miguel e Biroli, também afirmam que “[...] a demanda por educação tem por objetivo exclusivo permitir o livre desenvolvimento da mulher como ser racional, fortalecendo a virtude por meio do exercício da razão e tornando-a plenamente independente” (2014, p.14). Além disso, as práticas educativas dentro do espaço escolar devem estar atentas ao uso da rede internet, a diversidade social, ao multiculturalismo, a liberdade de expressão e de escolha e a libertação das amarras que subalternizam a mulher. Isto posto, Bell Hoochs (2017) declara que,

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem o aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo (p.25).

Acreditamos que o passado negado das mulheres negras pode ser combatido com o auxílio de políticas públicas governamentais, educação básica pública de qualidade e o cumprimento eficaz da Lei nº 10.639/03. Também pensamos que é necessário orientar nosso pensamento a práticas pedagógicas nas quais contem como professores como intelectuais transformadores (GIROUX, 1997), que acreditem no papel combativo que desempenham e no diálogo possível para reduzir danos deixados pela colonização do pensamento e da educação no Brasil. Desse modo, discutir a importância gênero, raça e sexualidade dentro das instituições escolares e de formação intelectual a diversidade brasileira, estabelece uma formação identitária para os estudantes e promovendo um reconhecimento histórico pelo olhar do negro, causando representatividade para os estudantes nas suas identidades e subjetividades.



Assim, entendemos que a educação básica é de fundamental importância para o enfrentamento da problemática erguida ao longo do estudo apresentado, posto que esta deve ser transformadora, a fim de formar cidadãos críticos e autônomos no que tange seu papel social na contemporaneidade, além de ser dedicada ao enfrentamento de preconceitos e discursos discriminatórios enfrentados rotineiramente pelas mulheres negras no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentado teve como foco o diálogo e interpretação sobre o livro “Um Defeito de Cor” e, a partir da narrativa, discutir algumas idiossincrasias que a sociedade brasileira ainda possui: aspectos discriminatórios e o patriarcado que incide as mulheres negras no Brasil. Desse modo, buscamos tecer uma discussão a partir de autores que tivessem pesquisas engajadas com as temáticas, bem como analisar alguns aspectos da constituição brasileira que, apesar de punição a crimes de racismo e violência contra a mulher, carecem de reflexões frente às desigualdades existentes no cotidiano de mulheres negras e suas necessidades de enfrentamentos sociais constantes.

Destarte, podemos perceber que, ainda em tempos hodiernos, o racismo é estrutural e permeia as relações dos sujeitos no país. Hoje, ele ainda é, por exemplo, o segundo crime virtual mais cometido em nosso país, remontando o preconceito e a discriminação que atingiu o solo brasileiro ainda no período de colonização. Nesse sentido, compreendemos a urgência da escola em dialogar com a perspectiva intercultural e sua incorporação no projeto político pedagógico e práticas dos docentes na escola, trazendo à tona a necessidade de instituições escolares engajadas com a pluriculturalidade, a memória e a história dos sujeitos, bem como incentivos e formação que possam destacar docentes transformadores e intelectuais em pleno século XXI.

Assim, segundo Mandela (2008), ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar. Acreditamos que é a escola que pode e deve



encaminhar pensamentos como esse, desde os anos iniciais a conclusão do ensino médio, de maneira a perpetuar e disseminar o conhecimento sobre Direitos Humanos e empoderamento dos sujeitos.

Por fim, entende-se que a educação de base deve ser transformadora, ressignificante e ressignificada, a fim de formar cidadãos conscientes do seu papel social na contemporaneidade, além de ser combativa no que concerne o enfrentamento de preconceitos e discursos discriminatórios enfrentados rotineiramente pelas mulheres negras, de maneira a perceber que “[...] está na hora de admitirmos que há histórias das mulheres negras sem o Brasil, mas não há Brasil sem as mulheres negras (GARCIA *apud* BRANDÃO e CRUZ, 2015, p. 837)” e assim, e somente desse modo, construir movimentos basilares para uma educação humanizada e descolonizada sob pilares de uma era crédula, igualitária e identitária.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL, **Lei 10.639 de 10 de janeiro de 2003**, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União. Brasília-DF, 2003.

CANDAU, Vera Maria. **Memórias, Diálogos e Buscas**: aprendendo e ensinando. **Educação Unisinos**, v. 12, n.3, p. 174-181, 2008.

GIROUX, Henry A. **Os Professores Como Intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem [Trad. Daniel Bueno]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um Defeito de Cor**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2019**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432. Acesso em: 25/11/2019.



LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995, p 34; 47; 135.

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se Negro**: ou as vicitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.